



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
PRO-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRACAO



TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2023

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de administração, gerenciamento e controle informatizado, como meio de intermediação do pagamento, para aquisições de combustíveis e Arla-32, a fim de atender os veículos oficiais da UFOP, através de uso de cartões eletrônicos, magnéticos (com chip, microchip ou tarja preta) ou outro sistema de gerenciamento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA (R\$)
1	Gasolina Comum	Litro	60000	R\$ 4,89	R\$ 293.400,00
2	Etanol Comum	Litro	1000	R\$ 3,51	R\$ 3.510,00
3	Óleo Diesel Comum	Litro	34000	R\$ 6,96	R\$ 236.640,00
4	Óleo Diesel S-10	Litro	16000	R\$ 7,15	R\$ 114.400,00
5	ARLA 32	Litro	400	R\$ 5,333	R\$ 2133,20
6	Prestação de serviços continuados de administração, gerenciamento e controle informatizado, como meio de intermediação do pagamento, para aquisição de combustíveis e Arla-32 em rede de postos credenciados, a fim de atender os veículos oficiais da UFOP, através de uso de cartões eletrônicos, magnéticos (com chip, microchip ou tarja preta) ou outro sistema de gerenciamento, pelo período de 12 meses.		1		R\$ 1,00
TOTAL ESTIMADO					R\$ 650.084,20
PERCENTUAL DE DESCONTO ESTIMADO					4,2825%

1.2 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de gerenciamento e controle informatizado, como meio de intermediação do pagamento, para aquisição de combustíveis e Arla-32 em rede de postos credenciados, através de uso de cartões eletrônicos, magnéticos (com chip, microchip ou tarja preta) ou outro sistema de gerenciamento para atendimento da frota de veículos da Universidade Federal de Ouro Preto.

1.3 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4 A presente contratação adotará como regime de execução: empreitada por preço unitário.

1.5 O prazo de vigência do contrato é de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.6 A licitação será realizada em grupo único, formados por (06) seis itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.7 A opção administrativa pelo agrupamento de itens se faz pela conveniência e economia na gestão do gerenciamento e controle de aquisição parcelada de combustíveis. A opção do parcelamento seria equivocada por serem itens interligados e interdependentes (combustíveis e serviço de gerenciamento e controle de frota). O não agrupamento causaria prejuízo ao conjunto. Os serviços devem estar integralizados sob um único objeto e mesma coordenação, não se enquadrando na Súmula TCU nº 247/2007.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 No caso de eventual divergência de informações, quantitativos ou valores entre o ETP e o TR, prevalecem as disposições desse último (TR).

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum, continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.2 Rede Credenciada

5.1.2.1 A licitante deverá possuir/credenciar rede de postos para fornecimento de combustíveis. A rede de postos credenciados deve ser formada por estabelecimentos idôneos, equipados para aceitar transações utilizando o sistema tecnológico da CONTRATADA.

5.1.2.2 Os atendimentos dos serviços de abastecimento deverão ser prestados pela rede de revendedores varejistas de combustível automotivo (postos), credenciados pela Contratada, localizados conforme estipulado no Termo de Referência regulador da contratação. Sem prejuízo da rede previamente cadastrada, fica facultado à CONTRATANTE solicitar o credenciamento de novos fornecedores sempre que necessário de modo a atender às necessidades da Administração.

5.1.2.3 Os estabelecimentos credenciados para fornecimento de combustível deverão prestar atendimento contínuo e ininterrupto durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, os 07 (sete) dias da semana, inclusive feriados, atendidos os demais quesitos de localização, valor e qualidade no atendimento.

5.1.2.4 A empresa também deverá:

5.1.2.4.1 Durante a vigência do contrato, manter no mínimo, 02 (dois) postos de combustíveis credenciados nas cidades que integram a área de atuação da Universidade, sendo elas: Ouro Preto-MG, Mariana-MG, João Monlevade-MG, Brasília-DF, Morro do Chapéu-BA e em todas as capitais estaduais;

5.1.2.4.2 Caso o local de atuação da UFOP definido no item 5.2.1.4.1 não tenha o número mínimo de estabelecimentos a serem credenciados, a CONTRATADA deverá fazer uma declaração informando e comprovando tal inexistência.

5.1.2.4.3 A CONTRATADA deverá apresentar lista de postos de combustíveis credenciados, localizados nas rodovias ou marginais das principais rodovias da Região Sudeste do país, com distância máxima de 200 km entre eles, de forma a permitir atendimento continuado para veículo em viagem sem prejuízo do tempo de deslocamento. As distâncias estabelecidas entre os postos de combustíveis credenciados não tem apenas a finalidade de atender as demandas de abastecimento da Contratante de forma pontual, mas também possibilitar a concorrência entre os estabelecimentos. Caso a delimitação da distância entre os postos credenciados se limite à quilometragem correspondente à capacidade dos tanques dos veículos, a possibilidade de escolha entre estabelecimentos restaria excessivamente prejudicada, impossibilitando que os veículos da Contratante possam optar por estabelecimentos que ofereçam os melhores preços.

5.1.2.4.4 Havendo necessidade a UFOP solicitará a CONTRATADA que deverá credenciar no mínimo um posto nas cidades solicitadas em prazo máximo de 15 (quinze) dias. A solicitação será acompanhada da justificativa do gestor do contrato em decorrência do planejamento das viagens.

5.1.2.4.5 A Rede credenciada de postos de abastecimento, deverão garantir o fornecimento de combustíveis (etanol comum, gasolina comum, ARLA 32, óleo diesel S-10 e óleo diesel comum) destinado aos veículos que compõem a frota de veículos da UFOP.

5.1.2.4.6 A CONTRATADA é a única responsável pelo pagamento aos postos credenciados pelo valor efetivamente consumido. Não respondendo, em nenhuma hipótese, a UFOP, nem solidária e nem subsidiariamente, por esse pagamento.

5.1.2.4.7 Os postos credenciados deverão possuir nas suas instalações áreas suficientes para movimentação e manobras necessárias ao abastecimento dos tipos/modelos dos veículos indicados no **Anexo I**.

5.1.2.4.8 A CONTRATADA deverá fiscalizar os serviços prestados pela rede de postos credenciados objetivando garantir um nível satisfatório de qualidade, compreendendo a disponibilização dos equipamentos, horários de funcionamento, prestação no atendimento, entre outros.

5.1.2.4.9 A CONTRATADA deverá acompanhar a divulgação dos postos autuados e/ou interditados pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, por problemas de qualidade do combustível fornecido, e divulgar imediatamente ao gestor do contrato formalizado com a UFOP.

5.1.2.4.10 Caso algum dos postos credenciados pela CONTRATADA constar da relação divulgada pela ANP, a mesma deverá providenciar o novo credenciamento, se necessário, para substituir o anterior no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

5.1.2.4.11 Os combustíveis serão recusados no caso de densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição e a presença de outras substâncias, em percentuais além dos permitidos em sua composição.

5.1.2.4.12 Todos os combustíveis deverão ser fornecidos de acordo com a regulamentação específica do setor, especialmente quanto às diretrizes emitidas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). Portanto, deverão ser credenciados estabelecimentos certificados pela ANP e que sejam capazes de atender a todos os veículos da UFOP, considerando-se marcas e modelos, ficando ao seu encargo o controle e a fiscalização seguindo as normas da ANP.

5.1.2.4.13 No caso de identificação da adulteração de combustíveis ou infrações legais ou normativas cometidas pelos estabelecimentos de abastecimento, a empresa CONTRATADA será responsável pela denúncia às autoridades competentes, conforme o caso.

5.1.3 Fornecimento de Combustíveis

5.1.3.1 Todos os combustíveis deverão ser fornecidos de acordo com a regulamentação específica do setor, especialmente quanto às diretrizes emitidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

5.1.3.2 Os combustíveis a serem fornecidos são: gasolina comum, etanol comum, óleo diesel comum, óleo diesel S-10 e ARLA 32, destinados aos veículos da UFOP.

5.1.3.3 A CONTRATADA poderá fornecer outro sistema de gerenciamento, em opção ao fornecimento de cartões chip ou magnéticos.

5.1.3.4 Para a aquisição de combustível, a UFOP deverá parametrizar o sistema, a partir da pesquisa de preços disponibilizada pela tabela ANP, levando em consideração o preço médio de bomba no estado e nos municípios, sempre que possível.

5.1.3.5 Os preços considerados serão de varejo, na condição de pagamento à vista (preço de bomba à vista).

5.1.3.6 Os combustíveis deverão ter alto padrão de qualidade, de forma a não causar danos aos veículos abastecidos.

5.1.3.7 A CONTRATADA deverá garantir a qualidade do combustível e arcar com qualquer prejuízo decorrente de sua utilização.

5.1.3.8 A CONTRATANTE se reserva ao direito de colher amostras dos combustíveis fornecidos para análise de qualidade, compatibilidade, autenticidade e outros que se fizerem necessários.

5.1.3.9 Ficará sob a inteira responsabilidade da CONTRATADA a garantia da qualidade mínima do combustível fornecido pela rede credenciada, sob pena das sanções cabíveis.

5.1.3.10 A CONTRATADA deverá:

- a) Manter um representante/preposto disponível para prestar, junto à CONTRATANTE, esclarecimentos e atender às reclamações, demandas, resolvendo problemas que porventura surgirem durante a execução do contrato.
- b) Apresentar canal de comunicação do preposto para eventuais emergências no período noturno e aos finais de semana.

5.1.4 Sistema de Gerenciamento de Frota

5.1.4.1 A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar sistema de gerenciamento integrado que ofereça relatórios gerenciais de controle das despesas, bem como quaisquer equipamentos periféricos que viabilizem a utilização desses.

5.1.4.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar acesso a software com interface digital e amigável, em ambiente web, para gerenciamento da frota da Contratante.

5.1.4.3 É responsabilidade da CONTRATADA o cadastramento de todos os veículos/máquinas que utilizarão o serviço, devendo todas as providências estarem ajustadas a data de início do prazo de execução contratual.

5.1.4.4 Em caráter excepcional, no caso de falha no sistema online, a CONTRATADA deverá disponibilizar meios alternativos que possibilitem realizar a transação de modo a não interferir na rotina operacional da Contratante, garantindo a continuidade dos serviços contratados.

5.1.4.5 O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da CONTRATADA, utilizado no atendimento das demandas da CONTRATANTE, não deverá ser superior a 48 (quarenta e oito) horas.

5.1.4.6 As informações relativas às transações realizadas deverão ser disponibilizadas online no sistema de gestão.

5.1.4.7 O sistema deve ser compatível com o sistema operacional das Unidades de gerenciamento, navegadores e ferramentas de escritório padrões Linux, sendo de responsabilidade da contratada quaisquer softwares adicionais necessários ao seu acesso.

5.1.4.8 Todas as funcionalidades do sistema de gerenciamento de aquisição de combustíveis deverão estar disponíveis em plataforma acessível por meio de computador desktop, não ficando o acesso condicionado a aplicativos de celular.

5.1.4.9 O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais operacionais e financeiros, gerados a partir de um período preestabelecido pela CONTRATADA, com identificação de toda e qualquer transação efetuada na rede credenciada, possibilitando o efetivo controle e gestão sobre os veículos, usuários e respectivas despesas. Não se admite, neste caso, restrição de período para geração dos relatórios.

5.1.4.10 O Registro informatizado dos dados de abastecimento deve estar disponível para consulta via Internet (web) em tempo real (online).

5.1.4.11 O acesso para os Gestores de Frota deverá permitir consulta, autorização, aprovação, rejeição, correção de transações, emissão e consulta de relatórios, com cadastramento de usuários em diferentes perfis de acesso, conforme indicação formalizada pela CONTRATANTE.

5.1.4.12 A solução proposta deverá possibilitar o registro dos dados de quilometragem, identificação do veículo e condutor, datas, horários, produtos adquiridos através de sistema de gerenciamento integrado, com banco de dados contendo todas as transações, de forma a viabilizar a emissão de relatórios gerenciais.

5.1.4.13 Registro informatizado dos dados de abastecimento disponíveis para consulta via Internet (web) em tempo real (online).

5.1.4.14 Acesso para os Gestores de Frota, permitindo consulta, autorização, aprovação, rejeição, correção de transações, emissão e consulta de relatórios, permitindo cadastramento de usuários em diferentes perfis de acesso, conforme indicação formalizada pela CONTRATANTE.

5.1.4.15 Informatização dos dados do veículo: unidade de lotação, quilometragem, custos, identificação, datas e horários.

5.1.5 Do Sistema Tecnológico

5.1.5.1 O Sistema Tecnológico a ser fornecido e implantado pela CONTRATADA deverá promover a administração e o gerenciamento informatizado e integrado da frota de veículos da UFOP, compreendendo a implantação e gestão de sistema tecnológico específico com metodologia de cadastramento dos veículos, dos gestores, do controle e da logística, possibilitando o abastecimento de combustíveis e a fiscalização financeira e operacional, em caráter contínuo.

5.1.5.2 A CONTRATADA disponibilizará à UFOP o sistema para gerenciamento, via web.

5.1.5.3 Todo e qualquer ônus referente a direitos de propriedade industrial, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como a responsabilidade por sua violação, suas consequências e efeitos jurídicos, são de responsabilidade da CONTRATADA, se esta tiver dado causa por sua culpa ou dolo. A CONTRATADA deverá responder civil, penal e administrativamente, por qualquer dano que cause ao erário.

5.1.5.4 O Sistema de gestão deverá ser capaz de identificar o veículo e liberar o abastecimento de forma automática, reduzindo a intervenção humana, especificamente permitir:

5.1.5.4.1 A identificação automática do veículo, da data e da hora do abastecimento, identificação do posto de abastecimento, do volume abastecido, do hodômetro, identificação do ponto comercial credenciado no setor de cadastros da CONTRATADA;

5.1.5.4.2 O gerenciamento do sistema por meio de senhas, com níveis de acesso diferenciados aos responsáveis indicados pela UFOP;

5.1.5.4.3 A informatização dos controles por meio de sistema integrado de gestão, possibilitando o lançamento de dados, emissão de relatórios financeiros, operacionais e gerenciais, que permitam o controle total da utilização dos combustíveis por veículo;

5.1.5.4.4 Colocar à disposição do UFOP relatórios gerenciais e operacionais informatizados, para cada veículo, contendo: nome do posto credenciado, placa do veículo, modelo do veículo, quantidade de combustível, tipo de combustível, hodômetro no momento do abastecimento, relação Km rodado/l, município, hora e data de cada abastecimento;

5.1.5.4.5 A identificação dos postos em que ocorrer o abastecimento compreende a Razão Social, o CNPJ e o Município.

5.1.5.5 A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas resultantes do sistema de gerenciamento eletrônico, instalações, manutenção, relatórios e outras decorrentes da gestão contratual.

5.1.5.6 O cadastramento dos veículos nos sistemas de gerenciamento oferecido pela CONTRATADA deverá corrigir eventuais omissões ou incorreções no quantitativo, registro e outras informações relativas à frota, sem prejuízo do que estabelece a presente especificação.

5.1.5.7 A CONTRATADA deverá permitir ao gestor, via sistema, a emissão de relatórios mensais quando necessário.

5.1.5.8 Após o encerramento do contrato, a empresa CONTRATADA deverá fornecer, por mais **3 meses**, o acesso da UFOP aos sistemas de gerenciamento e controle de abastecimentos ocorridos durante a vigência do contrato para que sejam emitidos relatórios de conferência e prestação de contas.

5.1.6 Dos Cartões

5.1.6.1 Uso de cartões eletrônicos, ou outro sistema de gerenciamento, visa à segurança contra possíveis fraudes, fornecidos pela empresa CONTRATADA, possibilitando os abastecimentos nos postos de abastecimento credenciados.

5.1.6.1.1. O cartão ou outro sistema de gerenciamento destinado, deve viabilizar a identificação do condutor do veículo, mediante senha individual e intransferível;

5.1.6.2 O fornecimento dos cartões ou outro sistema de gerenciamento deverá ser no quantitativo da frota de veículos existentes, devendo cada veículo possuir o próprio cartão ou sistema de gerenciamento, o qual deverá estar vinculado a sua respectiva placa, não podendo o mesmo possibilitar o abastecimento de outro veículo.

5.1.6.3 O quantitativo de veículos oficiais constantes na frota da Universidade Federal de Ouro Preto, encontra-se demonstrado no **Anexo I**. Outros veículos poderão ser incluídos durante a validade do contrato, desde que atendido o limite do art. 65, § 1º da lei 8.666/93.

5.1.6.4 Fornecimento de cartão ou sistema de gerenciamento suplementar ao Coordenador de Transportes da UFOP para abastecimento de equipamentos da Instituição que dependem de combustível para funcionamento.

5.1.6.5 Os cartões ou sistemas de gerenciamento deverão efetuar transações on line.

5.1.6.6 Nos casos onde a conexão do equipamento com o autorizador apresentar problema a CONTRATADA deverá fornecer preferencialmente os cartões ou sistema de gerenciamento que possuem tecnologia para também aceitar transações off line ou a possibilidade de lançamento manual do abastecimento, com autorização fornecida pelo gestor do contrato, via telefone, de forma a manter o atendimento em caso de pane no equipamento que impeça as compras on line.

5.1.6.6.1 A possibilidade de lançamento manual do abastecimento, com autorização fornecida pelo gestor do contrato, via telefone, também deverão ser permitidas na impossibilidade de utilização do cartão do veículo ou do condutor do veículo.

5.1.6.7 A validação das autorizações previstas nos itens 5.1.6.6 e 5.1.6.6.1 será efetivada pelo gestor, com o envio de formulário específico, em papel timbrado da UFOP, assinado pelo gestor do contrato, enviado ao representante da CONTRATADA.

5.1.6.8 Os custos do fornecimento dos cartões ou sistema de gerenciamento correrão a expensas da CONTRATADA, bem como pela capacitação dos usuários e gestores do sistema.

5.1.6.9 Identificação validada através de cartão individual para cada veículo, com senha pessoal para cada condutor, durante a execução de abastecimento na rede de postos credenciados, sendo de responsabilidade da mesma a solução técnica que identifique o condutor do veículo no ato do abastecimento, e coíba com agilidade e segurança as eventuais utilizações não autorizadas.

5.1.6.10 A rede de postos credenciados deverá estar equipada para aceitar transações com os cartões ou sistema de gerenciamento dos usuários do sistema.

5.1.6.11 Todos os estabelecimentos que fizerem parte da rede credenciada da CONTRATADA deverão por esta serem reembolsados, não existindo nenhuma relação financeira entre a UFOP e tais fornecedores.

5.1.6.12 Em caso de perda ou furto dos cartões ou sistema de gerenciamento, a UFOP comunicará à CONTRATADA por e-mail, telefone ou por escrito, através de documento oficial. Após a comunicação, a UFOP não se responsabilizará pelo uso indevido do cartão ou sistema de gerenciamento. O prazo máximo aceito para o pagamento dos combustíveis nessa situação será de até 30 (trinta) minutos;

5.1.6.13 Quando houver necessidade de reemissão de cartões ou sistemas de gerenciamento, o fornecimento destes não poderá ultrapassar 05(cinco) dias úteis, a contar da data de solicitação.

5.1.7 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitado o período máximo de vigência admitido em lei.

5.2 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.3 As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR nos itens 10 e 11 respectivamente.

6 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1 A empresa contratada deverá atender aos seguintes critérios de sustentabilidade:

6.1.1 Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre pelo uso adequado e racional de recursos e equipamentos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental, conforme disposto na legislação vigente e em disposições adotadas pela Contratante.

6.1.2 A rede de postos credenciada, por trabalhar com o fornecimento de combustíveis, atua em serviços que podem causar impactos ambientais. Portanto, é importante observar que a empresa CONTRATADA exerça controle em relação à sua rede credenciada. Todos os estabelecimentos credenciados devem estar regularizados conforme as determinações específicas do setor, especialmente quanto às diretrizes emitidas pela ANP.

6.1.3 Sendo assim, sugere-se exigir que a CONTRATADA priorize o cadastramento de credenciados, que atendam com rigorosa observância à legislação ambiental aplicável às suas atividades, conforme normatiza a IN SLTI nº 01 de 19/01/2010, atendendo ainda os seguintes critérios: Certificado de Licenciamento Ambiental, composto de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), conforme Art. 18 da Resolução CONAMA 237/97, Art. 18 e 19 da Lei Complementar 232/2005. Devem também atender as regras de sustentabilidade ambiental definidas pelos órgãos fiscalizadores, como ANP, IBAMA, além dos órgãos estaduais de preservação do meio ambiente.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1 Dispensada em virtude das características do objeto licitado.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. A execução do objeto a ser contratado seguirá a estimativa do seguinte cronograma:

Parcela	Data	Item	Valor Unitário (R\$)
1	1º Mês de Contrato	1	54.173,68

2	2º Mês de Contrato	1	54.173,68
3	3º Mês de Contrato	1	54.173,68
4	4º Mês de Contrato	1	54.173,68
5	5º Mês de Contrato	1	54.173,68
6	6º Mês de Contrato	1	54.173,68
7	7º Mês de Contrato	1	54.173,60
8	8º Mês de Contrato	1	54.173,68
9	9º Mês de Contrato	1	54.173,68
10	10º Mês de Contrato	1	54.173,68
11	11º Mês de Contrato	1	54.173,68
12	12º Mês de Contrato	1	54.173,68
TOTAL PARA 12 MESES DE CONTRATO			650.084,20

ou

PARCELA	DATA	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)
1	1º Mês de Contrato	1	Gasolina Comum	R\$ 24.450,00	R\$ 54.173,68
		2	Etanol Comum	R\$ 292,50	
		3	Óleo Diesel Comum	R\$ 19.720,00	
		4	Óleo Diesel S-10	R\$ 9.533,33	
		5	ARLA 32	R\$ 177,67	
2	2º Mês de Contrato	1	Gasolina Comum	R\$ 24.450,00	R\$ 54.173,68
		2	Etanol Comum	R\$ 292,50	
		3	Óleo Diesel Comum	R\$ 19.720,00	
		4	Óleo Diesel S-10	R\$ 9.533,33	
		5	ARLA 32	R\$ 177,67	
3	3º Mês de Contrato	1	Gasolina Comum	R\$ 24.450,00	R\$ 54.173,68
		2	Etanol Comum	R\$ 292,50	
		3	Óleo Diesel Comum	R\$ 19.720,00	
		4	Óleo Diesel S-10	R\$ 9.533,33	
		5	ARLA 32	R\$ 177,67	
4	4º Mês de Contrato	1	Gasolina Comum	R\$ 24.450,00	R\$ 54.173,68
		2	Etanol Comum	R\$ 292,50	
		3	Óleo Diesel Comum	R\$ 19.720,00	
		4	Óleo Diesel S-10	R\$ 9.533,33	
		5	ARLA 32	R\$ 177,67	
5	5º Mês de Contrato	1	Gasolina Comum	R\$ 24.450,00	R\$ 54.173,68
		2	Etanol Comum	R\$ 292,50	
		3	Óleo Diesel Comum	R\$ 19.720,00	
		4	Óleo Diesel S-10	R\$ 9.533,33	
		5	ARLA 32	R\$ 177,67	
6	6º Mês de Contrato	1	Gasolina Comum	R\$ 24.450,00	R\$ 54.173,68
		2	Etanol Comum	R\$ 292,50	
		3	Óleo Diesel Comum	R\$ 19.720,00	
		4	Óleo Diesel S-10	R\$ 9.533,33	
		5	ARLA 32	R\$ 177,67	
7	7º Mês de Contrato	1	Gasolina Comum	R\$ 24.450,00	R\$ 54.173,68
		2	Etanol Comum	R\$ 292,50	
		3	Óleo Diesel Comum	R\$ 19.720,00	
		4	Óleo Diesel S-10	R\$ 9.533,33	
		5	ARLA 32	R\$ 177,67	
8	8º Mês de Contrato	1	Gasolina Comum	R\$ 24.450,00	R\$ 54.173,68
		2	Etanol Comum	R\$ 292,50	
		3	Óleo Diesel Comum	R\$ 19.720,00	
		4	Óleo Diesel S-10	R\$ 9.533,33	
		5	ARLA 32	R\$ 177,67	
9	9º Mês de Contrato	1	Gasolina Comum	R\$ 24.450,00	R\$ 54.173,68
		2	Etanol Comum	R\$ 292,50	
		3	Óleo Diesel Comum	R\$ 19.720,00	
		4	Óleo Diesel S-10	R\$ 9.533,33	
		5	ARLA 32	R\$ 177,67	
10	10º Mês de Contrato	1	Gasolina Comum	R\$ 24.450,00	R\$ 54.173,68

PARCELA	DATA	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)
		2	Etanol Comum	R\$ 292,50	
		3	Óleo Diesel Comum	R\$ 19.720,00	
		4	Óleo Diesel S-10	R\$ 9.533,33	
		5	ARLA 32	R\$ 177,67	
11	11º Mês de Contrato	1	Gasolina Comum	R\$ 24.450,00	R\$ 54.173,68
		2	Etanol Comum	R\$ 292,50	
		3	Óleo Diesel Comum	R\$ 19.720,00	
		4	Óleo Diesel S-10	R\$ 9.533,33	
		5	ARLA 32	R\$ 177,67	
12	12º Mês de Contrato	1	Gasolina Comum	R\$ 24.450,00	R\$ 54.173,68
		2	Etanol Comum	R\$ 292,50	
		3	Óleo Diesel Comum	R\$ 19.720,00	
		4	Óleo Diesel S-10	R\$ 9.533,33	
		5	ARLA 32	R\$ 177,67	
TOTAL PARA 12 MESES DE CONTRATO					R\$ 650.084,20

8.1.2 As datas informadas no cronograma do item 8.1.1 são de caráter ESTIMATIVO. As datas de emissão dos pedidos permanecerão vinculadas às necessidades dos serviços pela CONTRATANTE.

8.1.3 A seleção dos postos credenciados será de total responsabilidade da CONTRATADA, ficando a CONTRATANTE isenta de quaisquer responsabilidade sobre ineficiência dos serviços;

8.1.4 A Contratante não poderá ser responsabilizada por descumprimento legal por parte dos postos credenciados ficando a CONTRATADA com a TOTAL responsabilidade por esta fiscalização;

8.2. O Sistema de Gerenciamento deverá ser integrado, via WEB, possibilitando a administração e o controle de abastecimentos da frota da UFOP, com recursos suficientes para acompanhamento de índices e parâmetros de desempenho, controle de despesas, análise de dados, oferecendo relatórios gerenciais (analíticos e sintéticos) para esse fim, para gerenciamento da frota.

8.2.1 A empresa vencedora deverá oferecer o sistema de gerenciamento de abastecimentos de modo que a UFOP tenha total autonomia nas consultas e acompanhamentos de abastecimentos, emissão e acesso a todos os relatórios disponíveis no sistema. A empresa vencedora deverá proporcionar os equipamentos periféricos e sistemas operacionais para processamento das informações geradas com as transações comerciais previstas nesse documento, sem custo adicional, além de:

a) Cartão eletrônico ou sistema de gerenciamento dotado de senha eletrônica, destinado à frota de veículos, equipamentos, sendo um cartão para cada veículo;

b) Cartão eletrônico ou sistema de gerenciamento (mestre), dotado de senha eletrônica, para abastecimentos de máquinas e equipamentos diversos que não possam deslocar-se aos postos credenciados;

c) Cartão eletrônico ou sistema de gerenciamento destinado, deve viabilizar a identificação do condutor do veículo, sendo um cartão para cada veículo cadastrado pela UFOP, mediante senha individual e intransferível do condutor;

8.2.2 A UFOP fornecerá à empresa vencedora informações que sejam necessárias para o cadastramento de veículos, condutores, unidade de lotação (*campus*) e demais informações necessárias para emissão dos cartões eletrônicos ou sistema de gerenciamento e processamento de dados.

8.2.3 No transcorrer do contrato de prestação de serviços, caso haja modificação nas unidades da frota, o sistema deverá ter a possibilidade de atualização do cadastro com a solicitação de novos cartões eletrônicos com chip ou sistema de gerenciamento via WEB, sem custo adicional.

8.2.4 O sistema eletrônico (via WEB) deverá ser compatível com sistema operacional **Windows 8, Windows 8.1, Windows 10 e Windows 11** e atualizações posteriores.

8.2.5 A prestadora dos serviços deverá realizar visitas técnicas mensais ou a qualquer tempo dentro da área de abrangência da UFOP para dirimir qualquer dúvida ou empecilho de ordem técnica alusivo ao seu serviço, sem qualquer custo adicional.

8.2.6 A empresa vencedora do certame será a única responsável pelo pagamento aos estabelecimentos credenciados, pelo valor dos produtos adquiridos pela UFOP, ficando claro que a UFOP não responderá solidária ou subsidiariamente por esse pagamento, devendo garantir que os preços cobrados na rede credenciada para pagamento através do cartão serão efetuadas pelo preço à vista, permitindo o pagamento de preços promocionais dos estabelecimentos.

8.2.7 A UFOP se reserva no direito de evitar a utilização daqueles estabelecimentos credenciados que estiverem descumprindo o estabelecido no item anterior, ou cobrando preços em desacordo com o estipulado ou desrespeitando acordos de preços promocionais, sendo responsabilidade da contratada garantir as ofertas promocionais eventualmente realizadas.

8.2.8 A empresa vencedora do certame deverá fornecer Manual de Operações, impresso ou eletrônico, contendo inclusive as respectivas mensagens de erro das unidades periféricas para eventuais procedimentos corretivos em língua portuguesa.

8.2.9 O sistema ofertado deverá proporcionar ao gestor da UFOP condições de bloquear ou desbloquear, cancelar ou solicitar a reemissão de cartões ou sistema de gerenciamento em modo *online*. A troca da senha do cartão ou pelo menos seu cancelamento (*reset* de senha) para posterior cadastro também deverá ser disponibilizada *online*.

8.2.10 O prazo para atendimento e solução de problemas de assistência técnica pela LICITANTE VENCEDORA não poderá ser superior a 4 horas em dias úteis, considerando o horário comercial de 8 horas às 18 horas, e de 10 horas durante finais de semana e feriados. Deve ser apresentada justificativa e solicitação de dilatação deste prazo por escrito, quando for o caso.

8.2.11 A empresa vencedora do certame deverá implementar todo o sistema no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a assinatura do contrato compreendendo:

- Cadastramento de veículos, máquinas e equipamentos,
- Cadastramento dos condutores,
- Preparação e distribuição de equipamentos periféricos,
- Treinamento de condutores e gestores,

- Fornecimento de cartões ou sistema de gerenciamento, além de outras providências que se fizerem necessárias, sem ônus para a UFOP.

8.2.12 A CONTRATADA deverá fornecer no ato da assinatura do contrato um cronograma discriminando todos os prazos e ações para implementação do sistema até o seu pleno funcionamento.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, para execução do serviço, promovendo sua substituição quando necessário.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.10.6

10.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.6.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.6.4 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

10.7 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

10.8 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

10.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

10.10 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

11.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

11.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

11.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.10 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

- 11.12 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 11.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.14 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 11.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 11.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 11.21 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 11.22 Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 11.22.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 11.22.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 11.23 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 11.24 Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à CONTRATANTE, por dolo ou culpa, bem como por aqueles que venham a ser causado por seus prepostos ou em qualquer estabelecimento da rede credenciada, em idênticas hipóteses, ressalvada a hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada.
- 11.25 Responsabilizar-se pelo treinamento da rede credenciada especificamente em obediência aos manuais e procedimentos que os acompanharem os equipamentos, sendo de responsabilidade da licitante vencedora a manutenção e ou substituição dos mesmos que se mostrarem insatisfatórios à plena execução dos serviços.
- 11.26. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 14.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.2 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 14.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 14.4 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.5 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 14.6 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.7 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos

77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.9 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no **Anexo III** ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.9.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.10 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.11 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.12 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.13 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.14 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.15 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.16 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.17 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.18 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.19 Para o controle e fiscalização do objeto contratual, a **CONTRATANTE** indica o servidor Máximo Eleotério Martins, SIAPE 2.044.827 para atuar como gestor, o servidor Eleonardo Lucas Pereira, SIAPE 1.550.073, para atuar como gestor substituto; o servidor Rogério Jorcelino Patrono, SIAPE 1.096.144 para atuar como fiscal técnico e Joelson Carlos de Lima Gonçalves, SIAPE 1.667.474 para atuar como fiscal técnico substituto.

15 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

15.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no **Anexo III** devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.1.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

15.2.1 As aferições serão feitas mensalmente, de 1º a 31 (último dia) de cada mês.

15.2.2 A aferição do serviço dos itens 01, 02, 03, 04 e 05 do Quadro 1 será feita com base na quantidade, em litros, abastecida mensalmente, desde que seguidas as especificações da ANP.

15.2.3 A aferição referente ao item 06 do Quadro 1 será feita considerando se o funcionamento do sistema fornecido pela contratada atendeu às demandas da UFOP durante o período. Em caso de falhas no sistema, a Contratada deverá solucioná-las em 24 horas. A medição do valor baseado em resultado do item 06 será feita com base no faturamento dos itens 01, 02, 03, 04 e 05, aplicando a taxa prevista.

15.2.4. Os pagamentos serão realizados na forma prevista neste Termo de Referência, após o recebimento e aceitação da Nota Fiscal. Ocorrendo erro no documento fiscal, a UFOP deverá devolvê-lo para as devidas correções.

15.2.4.1 Na hipótese de retificação de Nota Fiscal implicar em novo documento, observar-se-á nova data, para contagem do prazo para pagamento, não implicando em mora ou inadimplemento da UFOP.

15.3 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 15.3.1 não produziu os resultados acordados;
- 15.3.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 15.3.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2 No prazo de até **5 dias corridos** do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

16.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2 No prazo de até **10 dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4 No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

16.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

16.6 O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.7 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

17.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1 o prazo de validade;

17.4.2 a data da emissão;

17.4.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4 o período de prestação dos serviços;

17.4.5 o valor a pagar; e

17.4.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1 não produziu os resultados acordados;

17.6.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
		365	

18. REAJUSTE

18.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

18.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1 Não será exigida a prestação de garantia da execução, tendo em vista as condições do fornecimento e recebimento dos produtos, aplicando-se ao caso a faculdade do art. 56, caput, da Lei nº 8.666/93.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

20.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4 comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.5 cometer fraude fiscal.

20.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1 **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2 **Multa de:**

20.2.2.1 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

20.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6 as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

20.2.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Termo de Referência.

20.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3 As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05

2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2 Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1 Apresentar Contrato Social e a última alteração ou contrato consolidado, comprovando que possui entre suas atividades, serviços nas áreas correlatas ao objeto deste Termo de Referência.

21.3.2 Apresentar Comprovante de Inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas, comprovando possuir Registro de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (código CNAE) com atividade em áreas correlatas ao objeto deste Termo de Referência.

21.3.3 Apresentar comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

21.3.3.1 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

21.3.3.2 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21.3.3.3 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

21.3.3.3.1 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 1 (um), ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de ser 1(um) ano de forma ininterrupta, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

21.3.3.3.2 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito das atividades de maior relevância para este certame: serviços de administração, gerenciamento e controle informatizado, como meio de intermediação de aquisição de combustíveis.

21.3.3.3.3 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21.4 A licitante deverá apresentar declaração, informando que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e equipe técnica devidamente qualificada e treinada para prestação dos serviços, objeto deste certame, conforme **Anexo II**.

21.5 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.5.1 Valor Global: R\$ 650.084,20 (seiscentos e cinquenta mil oitenta e quatro reais e vinte centavos)

21.5.2 O critério de julgamento da proposta é o de maior desconto percentual.

21.5.3 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

22.1 O custo estimado da contratação é de R\$650.084,20 (seiscentos e cinquenta mil oitenta e quatro reais e vinte centavos) , com percentual de desconto estimado de **4,2825%**.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA (R\$)	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA (R\$)
1	Gasolina Comum	Litro	60000	R\$ 4,89	R\$ 293.400,00
2	Etanol Comum	Litro	1000	R\$ 3,51	R\$ 3.510,00
3	Óleo Diesel Comum	Litro	34000	R\$ 6,96	R\$ 236.640,00
4	Óleo Diesel S-10	Litro	16000	R\$ 7,15	R\$114.400,00
5	ARLA 32	Litro	400	R\$ 5,333	R\$ 2133,20
6	Prestação de serviços continuados de administração, gerenciamento e controle informatizado, como meio de intermediação do pagamento, para aquisição de combustíveis e Arla-32 em rede de postos credenciados, a fim de atender os veículos oficiais da UFOP, através de uso de cartões eletrônicos, magnéticos (com chip, microchip ou tarja preta) ou outro sistema de gerenciamento, pelo período de 12 meses.		1		R\$ 1,00
TOTAL ESTIMADO		R\$ 650.084,20			
PERCENTUAL DE DESCONTO ESTIMADO		4,2825%			

22.1.1. A estimativa de preços dos combustíveis foi calculada com base nas médias informadas pelo Sistema de Levantamento de Preços da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP (Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas>); adotando como filtro pontos comerciais no município de Ouro Preto/MG e para estimativa de preço do ARLA 32 adotou-se o preço médio de pesquisa realizada junto ao "Painel de Preços" , visto que os valores a serem pagos à CONTRATADA, para todas as transações, serão aqueles constantes da bomba para pagamento à vista na data do abastecimento, descontado o percentual ofertado por ocasião do certame licitatório

22.2. As propostas efetuadas pelos licitantes devem ser realizadas tendo como base o percentual de desconto sobre os itens da licitação, não sendo aceitas quaisquer outras formas de propostas.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

23.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 15263/154046

Fonte de Recursos: 1000000000

Programa de Trabalho: 5013

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

Plano Interno: 01-Gestão da Unidade - Custeio

24. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

24.1. A execução dos serviços será iniciada em até 15 dias corridos após a assinatura do contrato, na forma que segue:

24.1.1. Cinco dias antes do início da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar:

- a) Listagem dos postos credenciados para abastecimento com endereço, e-mail e telefone de contato;
- b) Liberação do veículos da UFOP para abastecimento na rede de postos credenciados;
- c) Cartões magnéticos ou sistema de gerenciamento em quantidades suficientes para os veículos constante no anexo I;
- d) Fornecimento de sistema informatizado de controle de abastecimento da frota e treinamento dos motoristas da UFOP para sua utilização.
- e) Indicação do preposto e disponibilização da documentação que ateste seu vínculo com a empresa;

24.2. O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses.

Município de Ouro Preto - MG , 10 de agosto de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Jonas Lúcio dos Santos, ADMINISTRADOR**, em 10/08/2023, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Jorcelino Patrono, COORDENADOR(A) DE TRANSPORTES**, em 11/08/2023, às 08:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0571765** e o código CRC **30668738**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.000560/2023-56

SEI nº 0571765

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163
Telefone: (31)3559-1209 - www.ufop.br